



**TECENDO SABERES COM PAULO FREIRE SOBRE A EDUCAÇÃO INCLUSIVA:
ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL**

*WEAVING KNOWLEDGE WITH PAULO FREIRE ON INCLUSIVE EDUCATION: HOPING FOR
THE RECONSTRUCTION OF BRAZIL*

Elyane Cavalcanti dos Reis¹
Joseete Maria Monteiro²
Targélia de Souza Albuquerque³

RESUMO: Essa pesquisa propõe fazer algumas reflexões sobre a política inclusiva para a pessoa surda por meio das ações educacionais. Paulo Freire foi um dos autores que norteou esse estudo. O objetivo sucedeu compreender os motivos que levam uma pessoa surda a se sentir um estrangeiro em sua terra natal. Realizou um estudo bibliográfico na área de educação e Libras, ocorreu uma pesquisa de campo exploratória, através de entrevistas semiestruturadas com sujeitos surdos e com ouvintes, com o objetivo de compreender resistências, estratégias e desafios da comunicação. Os resultados da investigação mostraram uma diversidade de enfrentamento na realidade para serem pessoas inclusas, a Libras-foi a mediadora mais eficaz. O esperar está na democracia, no consenso político, no desejo de um país melhor para o nosso povo.

Palavras-chave: Educação democrática. Inclusão. Pessoa surda.

ABSTRACT: This research proposes to make some reflections on the inclusive policy for the deaf person through educational actions. Paulo Freire was one of the authors who guided this study. The objective was to understand the reasons that lead a deaf person to feel like a foreigner in his homeland. A bibliographic study was carried out in the area of education and Libras, an exploratory field research took place, through semi-structured interviews with deaf subjects and with hearing people, with the objective of understanding resistances, strategies and challenges of communication. The results of the investigation showed a diversity of coping in reality to be people included, Libras- was the most effective mediator. Hope is in democracy, in political consensus, in the desire for a better country for our people.

Keywords: Democratic education. INCLUSION. DEAF PERSON.

¹ Especialista em LIBRAS e Inclusão da Pessoa Surda – FACHO; Graduada em Pedagogia pela UFPE. Professora da Rede Municipal de Jaboatão dos Guararapes. Professora intérprete de LIBRAS da rede municipal do Cabo Santo Agostinho.

² Especialista em LIBRAS e Inclusão da Pessoa Surda – FACHO; Graduada em Pedagogia pela UPE. Assistente de gestão da Eref Maria Goretti.

³ Doutora em Educação: Currículo e Avaliação – PUC/SP; Professora convidada da Pós-Graduação da FACHO; Membro da Cátedra Paulo Freire – UFPE; Sócia-formadora do Centro Paulo Freire/Recife e professora aposentada da UFPE.





1. INTRODUÇÃO

A democracia brasileira é um princípio constitucional de grande valor nacional, marcado na Constituição Federal desde 1988. Violar a democracia é um crime inaceitável contra a nação brasileira. O Brasil passou por várias tentativas de golpes contra a democracia. Entretanto os espaços democráticos são ambientes que convivem com o pluralismo de ideias, as diversidades. O antagonismo não é excluído, porém o poder político é da maioria. A democracia não significa harmonia de todos, mas o consenso da maioria no processo de votação, tomada de decisão.

Em cada tentativa de golpe, a democracia fica fragilizada, o poder político, as esferas legislativas e judiciais sofrem abalos. É nesse momento que a sociedade civil se agita para pressionar um país melhor para todos, reconstruir a democracia, fortalecer as instâncias de poder, ampliar a democracia participativa. Porque precisamos de um país que seja comprometido com interesses sociais e garanta ao seu povo direitos humanos, como educação, saúde, trabalho, renda e, pra que leve o Brasil a uma escala de crescimento sustentável na confirmação da dignidade cidadã.

A educação, como prática democrática, é uma vivência ocorrida nas escolas públicas de ensino, a partir da redemocratização do Brasil diante de uma Constituição Federal, conhecida como cidadã, fato que tem aproximadamente 36 anos. Portanto, pelo pouco tempo de exercício, uma cultura democrática é um aprendizado político de participação nas instituições públicas. Uma transição cultural e a existência simultânea de várias culturas, no processo de ensino e aprendizagem nas escolas brasileiras. Portanto, a partir de 1988, com a Constituição Cidadã, houve o primeiro passo voltado para uma educação inclusiva, onde todos de fato têm por direito o acesso a serviços educacionais e, por isso, o direito exige sua garantia (Brasil, 1988).





Esperançar um Brasil onde os sonhos que preconiza o Plano Nacional de Educação, o PNE, seja alcançar uma educação como a universalização de escolas para as crianças brasileiras. O Brasil precisa fortalecer um ambiente político favorável para que possa emancipar o seu povo ao desenvolvimento de política que garanta integridade da população. Atingir as metas do PNE é um dever nacional de extrema prioridade, porque a educação é o caminho que chamamos de investimento para o progresso. A inclusão é o direito de ter acesso a serviço essencial à vida do ser humano, como educação (Brasil, 2015).

A professora Targélia Albuquerque em seu livro *Conversar com Paulo Freire a Beleza de ser um Eterno Aprendiz* (2021) explica que os espaços educacionais são lugares éticos de privilégios de se construir o conhecimento e a emancipação por meio do diálogo e a participação, no processo de falar e escutar, na relação do diálogo. É nessa prática que torna possível transformar o problema em solução. Assim, a democracia por mais que pareça um exercício difícil e conflituoso de se resolver os desafios, é um caminho mais assertivo na tomada de decisões (Albuquerque, 2021).

A Educação pública tem por obrigação ser democrática, governada por um conjunto de organização e estrutura de funcionamento e financiamento internos e externos às unidades educacionais. Por isso a gestão precisa ser regida pelos princípios constitucionais, sendo a democracia, a transparência e as decisões assertivas, porque o funcionamento é conduzido pelo projeto político-pedagógico e as decisões precisam passar pelo Conselho Escolar que representa a comunidade escolar. A democracia é uma aprendizagem coletiva. Como diz o nosso professor Paulo Freire (1992), a educação democrática e popular da Pedagogia da Esperança desenvolve a fala da classe popular, voltado a sua própria realidade para a construção de uma nova realidade como um caminho de inventar a cidadania.





2. A LIBRAS, A SURDEZ E A INQUIETUDE DA PESQUISA

O II curso de Especialização em Libras e Educação Inclusiva da Pessoa Surda, foi realizado pela Faculdade de Ciências Humanas de Olinda (FACHO). No trabalho de conclusão do curso foi empreendido um processo de pesquisa e reflexões sobre o estudo da Língua Brasileira de Sinais (Libras) e a inclusão da pessoa surda. A temática desse estudo trata da cultura inclusiva e a relação linguística entre a pessoa surda e ouvinte no contexto da Educação Pública Brasileira uma investigação bibliográfica e de campo, com duração de um ano, focou o estudo da Língua Brasileira de Sinais - Libras como uma língua inclusiva que através de sinais (palavra em Libras) possibilita compreender o mundo e imergir no significado de cada ser no mundo (Reis; Monteiro, 2018).

Iniciamos esse diálogo sobre surdez com a seguinte reflexão: Como saber se a pessoa que cruza o seu caminho é surda? A deficiência auditiva é invisível, difícil identificar uma pessoa surda só pelo olhar: é a partir da necessidade de comunicação que nós, ouvintes percebemos a surdez, porém ela precisa do visual para comunicar com o mundo dos ouvintes.

No Brasil há uma população de mais de dez milhões de surdos (IBGE, 2022), e a grande maioria ainda não participa de processos de educação formais inclusivos. A leitura de mundo antecede a leitura da palavra, como afirma Paulo Freire, em várias de suas obras. A pessoa surda vivencia o mundo, mas, em muitas situações, se sente um estrangeiro em sua terra natal, por não dispor dos instrumentos de comunicação socialmente reconhecidos para uma imersão com autotomia na sua própria comunidade e em diversos espaços sociais de interação (Brasil, 2022).

A questão que se coloca é **Como ser surdo no mundo de ouvintes?** A origem desse estudo está relacionada a duas problemáticas: a primeira foca o estudo da política





de inclusão social da pessoa surda, e a segunda analisa algumas situações da vida cotidiana, vivenciadas pelas pesquisadoras, ao observarem que pessoas surdas tinham uma comunicação limitada aos seus pares ou “se sentiam estranhos no meio da comunidade de ouvintes”. A estranheza causada pela falta de comunicação entre ouvintes e pessoas surdas foi a situação que delineou os caminhos da pesquisa. Freire (1968) chama a atenção de que a libertação é um processo relacional. Ela só pode se concretizar se homens e mulheres compreenderem o mundo em situações dialógicas francas, abertas e críticas e se reconhecerem como seres no mundo, capazes de “Ser-Mais”, sujeitos históricos da transformação social (Freire, 1968).

Para investigarmos a inclusão da pessoa surda, por meio das ações educacionais, elaboramos o seguinte problema que dialogamos ao longo dessa pesquisa: *será que a pessoa surda se considera um estrangeiro em sua terra natal? Por quê? Quais resistências, estratégias e desafios para uma educação inclusiva?* O **objetivo geral** deste trabalho foi compreender os motivos que levam uma pessoa surda a se sentir um estrangeiro em sua terra natal; e como objetivos **específicos**: a) identificar os motivos que contribuem para que a pessoa surda se sinta como um estrangeiro; b) descrever estratégias de popularização da Libras e sua inclusão social; e c) relacionar as ações educativas escolares para inclusão da pessoa surda. Paulo Freire (1992) foi um dos autores que norteou o nosso estudo, suas contribuições foram essenciais para o processo de construção e reconstrução da nossa pesquisa, através das categorias de politicidade, eticidade e dialogicidade, pois o respeito à identidade da pessoa surda, da sua língua natural - Libras, o seu direito a uma educação da melhor qualidade, fundada na reflexão das políticas de inclusão, do diálogo respeitoso com cada sujeito da pesquisa, reafirmaram o compromisso





em socializar os dados da pesquisa e usá-los como instrumentos de luta pela garantia de sua cidadania (Freire, 1992).

A democracia é uma necessidade, pra que a partir de ideias e conflitos dos interesses sociais, seja possível encontrar o caminho para o bem comum, o progresso. Para Freire: “Se a nossa educação é uma opção democrática e se somos coerentes com ela, de tal maneira que nossa prática não contradiga o nosso discurso, não nos é possível fazer uma série de coisas não raro realizada por quem se proclama progressista” (Freire, 1992, p. 36).

A educação como uma forma de superar os problemas sociais, as desigualdades: uma educação emancipatória defendida por Freire (1992), uma educação que gera o conhecimento, pautada na participação, na consciência política dos cidadãos. Discutir qualidade da educação é algo complexo e, dependendo do paradigma adotado, há uma ampla variedade semântica.

Nessa pesquisa, o conceito de qualidade da educação foi inspirado em Paulo Freire, quando ele relaciona a condição para a existência dessa qualidade - a concretização de um projeto de sociedade digna, fraterna e justa, a partir da libertação dos oprimidos/as. Reafirmamos que a qualidade em educação pública, a qual defendemos, está pautada na garantia de direitos e deveres da prática cidadã. Sendo a educação toda oportunidade que um indivíduo adquire no processo de humanização, socialização.

A qualidade da educação deve considerar as especificidades do ser humano e suas dimensões (social, geográfica, política, espiritual, sexual, biológica, psicológica...). O mais importante na educação é o respeito às diversidades, à autonomia dos educandos/as, um profundo respeito ao ser humano, nas suas especificidades culturais, limitações e





possibilidades. A concepção sobre escola pública popular democrática deve garantir plena participação de respeito e fraternidade, deve ser plena de ciência, de ética e estética, de alegria (Albuquerque, 2010).

É importante salientar que uma educação para a qualidade social deve fazer uma opção ética pelos excluídos, pelos expropriados dos seus direitos de cidadania. No projeto de Educação substantivamente democrática, Paulo Freire ressalta que a humanização é direito de todos e todas. Nessa perspectiva, podemos afirmar que ela é inclusiva, dialógica e emancipatória. Com certeza, esse não é um projeto para poucos. É uma proposta em que o povo tem o seu lugar, em especial, as comunidades que ao longo da história foram escanteios ou reprimidas (Freire, 1992).

A Pedagogia Paulo Freire, o legado freiriano defende uma Pedagogia da Autonomia com a ênfase na ética universal do ser humano; rejeita qualquer forma de preconceito e discriminação e negação da possibilidade da produção da existência humana digna, fraterna e justa. Ao estudar os desafios e impasses da pessoa surda para que ela possa ser reconhecida como sujeito histórico, social e cultural, é para contribuir com a construção de uma identidade cidadã, cujos direitos se amplificam para além da assunção da LIBRAS como primeira língua, mas para garantir as condições necessárias para que a pessoa surda jamais se sinta um estrangeiro em sua terra natal (Freire, 1992).

Para tanto precisamos de um projeto de educação como prática da liberdade, comprometido com a autêntica inclusão. Salientamos aqui a necessidade urgente de políticas públicas nessa direção, cujo núcleo seja o compromisso com a vida, com a convivência amorosa, com a emancipação das pessoas, cujas deficiências foram tratadas como problema secundário ou negado. Defendemos o direito de cada pessoa surda ser





reconhecida por si e pela sociedade como um protagonista da democracia, da cidadania (Reis; Monteiro, 2018).

A surdez deixou de ser vista apenas como uma deficiência ou uma limitação do sujeito e ganhou uma importância cultural, social e política. [...] é uma invenção. Não estamos nos referindo, aqui, à surdez como materialidade inscrita em um corpo, mas como a construção de um olhar sobre aquele que não ouve (Lopes, 2016, p. 7). **Um olhar humano sobre o sujeito de direitos.**

3. CAMINHO EM QUE CONSTRUÍMOS OS CONHECIMENTOS

Com relação à **Metodologia**, a partir das proposições de Minayo (2004), traçamos o seguinte caminho: a) um estudo bibliográfico que incluiu livros na área de educação e LIBRAS, estudos em mídias e estudos documentais, leis e decretos; foi realizada uma sondagem das leis com um olhar específico para o reconhecimento do direito a ser da minoria linguística no Brasil e quais os meios de acessibilidade inclusiva. Como procedimento metodológico, foi realizada uma pesquisa de campo exploratória, através de entrevistas semiestruturadas com sujeitos surdos e com ouvintes, com o objetivo de compreender resistências, estratégias e desafios da comunicação e o sentir-se ou não estrangeiro em sua própria terra natal (Minayo, 2004).

A entrevista não diretiva em LIBRAS possibilitou a compreensão das situações limites em âmbito social e no universo da singularidade de cada pessoa surda. Ouvir os sujeitos da pesquisa foi essencial para tirar nossas conclusões e percebermos os conflitos relacionados sobre a questão: **ser ou não ser um estrangeiro em sua terra natal? Sentir-se como estrangeiro e como integrar as lutas e resistências pelo direito à inclusão social com autonomia e justiça?**





A relação dialógica é um caminho para conhecermos a nós e ao outro: no determinado momento e contexto, analisamos o que é se sentir e/ou ser um estrangeiro em sua própria terra natal e como superar essa situação. Os sujeitos da pesquisa foram: seis surdos que se comunicam por meio de leitura labial, oralização, português escrito e LIBRAS; foram jovens e adultos com idade entre 18 a 40 anos, do ensino fundamental, médio, superior e de pós-graduação. Três pessoas do sexo feminino e três do sexo masculino. Também foram entrevistadas seis pessoas ouvintes: três da comunidade surda (tem convívio social com pessoas surdas) e três de fora. Todas, jovens e adultas, entre 18 a 43 anos (escolarizadas, ensino fundamental, médio, superior e pós-graduadas). O método de análise das entrevistas foi “análise de conteúdo temático” à luz de Minayo (2004), isto é, delimitamos o tema e a unidade de significação que se liberta naturalmente de um texto analisado segundo critérios relativos à teoria que serve de guia à leitura” (Bardin, 2016 *apud* Minayo, 2004, p. 208).

4. REFLEXÃO POLÍTICA SOBRE O CONHECIMENTO

Os resultados da pesquisa mostraram uma diversidade de enfrentamento na realidade para serem pessoas inclusas, porém houve estratégias semelhantes de comunicação entre surdos e ouvintes (as mais variadas), porém a Libras - foi a mediadora mais eficaz. Um fato importante é que as mídias a tecnologia facilitam estratégias de comunicação de grupos de pessoas surdas e ouvintes, diminuindo barreiras na comunicação.

Como cidadãos, passamos por experiências ao encontrar pessoas surdas em nosso dia a dia em lugares públicos e sociais. A primeira emoção que sentimos é uma reação de





discordância em relação ao canal de comunicação. O surdo sinaliza que o canal de comunicação é a Libras visuoespacial e o ouvinte é o som, a audição. Então a mensagem de início é “sou surdo não tenho como me comunicar com você” . A resposta é de afastamento, mas, quando falamos eu sei Libras, há concordância e a tendência e conversamos com a finalidade diversa. A surdez é uma característica importante da pessoa surda, ser surdo é uma identidade, uma cultura, uma língua (Reis; Monteiro, 2018).

As pessoas surdas e ouvintes de modo geral convivem com as dificuldades linguísticas no sentido de que a sociedade ainda não tem política abrangente em acessibilidade linguística. Muitas vezes a responsabilidade pela interpretação do português para Libras e vice-versa para ter acesso a serviços essenciais como uma consulta médica, um serviço de assistência, um curso de formação cabe à pessoa surda ter que conseguir e pagar, apesar de isso ser uma política prevista em lei de acessibilidade. A autonomia da pessoa surda em ir e vir passa por dificuldade na comunicação. Ouvintes e surdos, por não saberem se comunicar, preferem as vezes evitar o contato por medo de se relacionar, assim a pessoa surda, para conseguir sobreviver, muitas vezes procura apenas convivência em comunidades surdas.

A história da inclusão da pessoa surda não é simples e sim complexa. Ela foi construída por reconhecimento de direitos e lutas de movimentos sociais pela inclusão. Pouco a pouco na área legislativa, as pessoas surdas foram sendo incluídas para efetivação de projetos educacionais de inclusão, até chegar ao desenvolvimento das práticas nas políticas públicas inclusivas. Dentre os marcos históricos para a inclusão do surdo no Brasil, destaca-se a oficialização da língua de sinais (Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002)





(Brasil, 2002). A partir dessa conquista, vários outros instrumentos legais foram possíveis para propor as ações políticas, o setor da educação foi o que mais teve avanços por meio dos cursos de formações de profissionais docentes (Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005).

No Brasil, no período de 2002 a 2015, no âmbito legislativo, ocorreu um reconhecimento de inclusão da Libras como um direito à comunicação na vida social e política. A partir dessa conquista, houve uma adequação nas políticas educacionais. A inclusão da pessoa com deficiência de modo geral ganhou um olhar de garantia política dentro das unidades educacionais, as escolas. A Libras teve acessos nas instituições de formações nos currículos profissionais. Uma disciplina de Libras é uma janela de conhecimento para que a pessoa possa entender o mínimo para recepcionar uma pessoa surda em seu caminhar profissional.

A legislação para pessoa surda é uma conquista importante para acessibilidade de comunicação da cultura surda para ouvinte para intercambiar esse conhecimento, mas, por si só, não é o suficiente. São necessários investimentos na área de comunicação e tecnologia, políticas de ampliação da Libras em cursos nas comunidades, nas unidades de saúde, espaços comunitários, associações, clubes, entre outros espaços onde o surdo possa participar com sua família para juntos apreender Libras. Quanto maior acessibilidade da Libras com as pessoas ouvintes, mais inclusão da cultura surda (Reis; Monteiro, 2018).

A Libras, hoje é considerada a língua materna do sujeito surdo, embora, o que a história da educação do surdo tenha mostrado como foi difícil o reconhecimento da língua de sinais. O método da oralização, usado por muitos anos para educar as pessoas





surdas, fracassou. Sendo a Libras a língua acessível à compreensão de qualquer surdo, at é mesmo o surdo cego. Pois, por meio da libras tátil, é possível uma comunicação, inclusiva. Aquisição de uma língua é tão importante para a formação humana, práticas sócias e a cidadania que sem uma língua o ser humano fica restritamente limitado. Infelizmente, ainda é possível encontramos surdos sem terem adquirido uma língua e apenas se comunicam por gestos criado no meu da família.

As pessoas com surdez utilizam várias estratégias para se comunicar, entre elas leitura labial, aparelho auditivo e implante coclear, porém cada pessoa surda tem sua especificidade, dependendo da sua história com a surdez. A libras é um idioma que mais se adapta à pessoa surda no sentido de ser uma língua que não precisa do canal auditivo. Para um bebê que nasce com surdez, é muito importante que a família aceite e introduza na formação da criança um ambiente bilíngue.

O Plano Nacional de Educação-PNE do Brasil possui metas emergenciais e de acesso e inclusão das políticas educacionais sobretudo para a primeira infância, entretanto, conseguir alcançar as metas, é um desafio político nas três esferas de governo brasileiro municipal, estadual e federal (CONAE. *Online*).

Devido às fragilidades políticas, o Brasil passou por dificuldades inesperadas, como a Pandemia de 2020 a 2022 e conflitos de interesses ideológicos e financeiros, divergências políticas que atrapalharam o país a conseguir conquistar as metas básicas do PNE. O plano não visa só garantir o acesso à educação, incluir a ampliação de diversas modalidades de ensino para garantir demandas do mercado de trabalho, o plano é uma proposta de qualificar a educação a médio e longo prazo (Brasil, 2015).





A Libras, como uma política inclusiva de Estado brasileiro, ainda não está nas metas do PNE, apesar de ser a segunda língua oficial do país e ter reconhecimento nacional. As pessoas surdas, comunidades, familiares e amigos precisam cobrar valorização e acessibilidade linguística, porém esse acesso é construído devagar. Primeiro é preciso oportunizar as pessoas à aquisição da Libras, ter intérprete acessível nas instituições, sobretudo na educação (Brasil, 2015).

O ensino bilíngue é o que precisa ser ofertado para as pessoas surdas, na sala de aula regular. Com a ajuda de um professor intérprete de Libras, o estudante vai acessar o conhecimento. É muito importante um ensino que vislumbre um universo visuoespacial em que o professor utilize imagens, fotos, gráficos, desenhos, filmes, animações, mapas, ilustrações, calculadora, computador, laboratório de ciência, entre outros recursos, para facilitar a compreensão do estudante. Ter acesso a instrumentos tecnológicos e utilizar para construção de conhecimentos é uma forma de qualificar a educação e ampliar o acesso da comunicação. Salas de aulas e escolas bilíngues são experiências positivas para a educação das pessoas surdas, porque o conhecimento é tratado diretamente na língua da pessoa sem precisar de tradução, deixando a pessoa surda mais confortável.

No currículo das escolas brasileiras a Libras vem aos poucos ganhando espaço. O estudante surdo tem direito ao intérprete em todas as atividades escolares, ao atendimento educacional especializado e ser avaliado como estudante bilíngue. A escola precisa respeitar a especificidade do aluno surdo e promover seu protagonismo. A Libras é o segundo idioma presente na escola quando tem um estudante surdo, há interesse de todas as pessoas a apreender e interagir, um profissional intérprete também está





presente na escola para intermediar o diálogo, a comunicação no ambiente escolar (Reis; Monteiro, 2018).

A política inclusiva fortalece a identidade da pessoa surda e favorece sua atuação na própria história. As pessoas surdas precisam de representação na política brasileira. O ideal é ter cota para pessoa surda, porque apenas elas sabem o que é ser surdo no país de ouvintes, assim poderiam ampliar o debate político em prol de benefícios para suas vidas no mercado de trabalho, na assistência social BBC, nos lugares de lazer, cinema e teatro, na saúde, socialização na família, direito a Libras, na escola, na acessibilidade tecnológica.

A inclusão da Libras nas políticas de modo geral, além de promover a acessibilidade linguística da segunda língua oficial do país, também aceita a pessoa surda na sociedade. O esperar é o sentimento de pertencimento em sua terra natal. Uma pedagogia que permite transformar o diálogo em uma oportunidade de criar possibilidades e realidade.

Agora, com a pedagogia da esperança, mais amadurecidamente Freire expõe e aprofunda seus temas preferidos de análise, porque objetivamente eles precisam ser analisados como elemento do corpo de uma pedagogia crítica e libertadora, nos levando a entender melhor ainda o seu pensamento pedagógico pela seriedade crítica, pela objetividade humanística e pela subjetividade engajada, sempre aliada em todas as suas obras à inovação criativa. Freire nos nega assim, não só a pedagogia da **esperança** mas uma pedagogia da esperança, porque “molhada” na dialogicidade, na utopia na libertação dos homens e das mulheres (Freire, 1992, p. 124).

No ambiente escolar em que transitam a Libras e a língua portuguesa, pode algumas vezes, acontecer um choque entre as culturas. O estudante surdo não é compreendido, às vezes não consegue se expressar, os ouvintes não atingem a





compreensão e ocorre uma percepção estranha da realidade, por isso é preciso do intermédio do intérprete de Libras para ajudar na comunicação. Existe o diálogo que resolve tudo com a gestão escolar, professores, estudantes, famílias. Nesse contexto que acontece a objetividade humanística. O conflito no ambiente escolar transforma-se em uma oportunidade de encontrar caminhos para a resolução e gerar aprendizados, assim é proveitoso desenvolver a seriedade crítica e inovações criativas (Reis; Monteiro, 2018).

O ambiente escolar é um lugar de afeto, o estudante surdo normalmente é respeitado e protegido pelos colegas, acontece um esforço por parte deles para conseguir se comunicar. Os estudantes ouvintes se sentem motivados a aprender sinais da Libras para interagir, expressam curiosidade e interesse. Ter um estudante surdo em uma sala de ouvintes é um valor que gera mais oportunidades de conhecimentos para os estudantes.

Não era esta minha posição ontem e não é esta minha posição hoje. E hoje, tanto quanto ontem, contudo possivelmente mais fundamentado hoje do que ontem, estou convencido da importância, da urgência da democratização da escola pública, da formação permanente de seus educadores e educadoras entre quem incluem vigias, merendeiras, zeladores. Formação permanente científica, a que não falte sobretudo o gosto das práticas democráticas entre as quais a de que resulte a ingerência crescente dos educandos e suas famílias nos destinos da escola. Esta foi uma das tarefas a que me entreguei, recentemente tanto anos depois da constatação de tal necessidade, de que tanto falei em trabalho acadêmico de 1959, **Educação e atualidade brasileira**, enquanto secretário de Educação da cidade de São Paulo, de janeiro de 1989 a maio de 1991. A da democratização da escola pública, tão descuidada pelos governos militares que, em nome da salvação do país da praga comunista e da corrupção, quase destruíram (Freire, 1992, p. 11-12).

A educação é uma área que necessita de um olhar formativo permanente, assim como a formação da educação da pessoa surda. Paulo Freire chama a atenção, em 1959, para uma problematização atual sobre a necessidade da formação, o reconhecimento





pedagógico dos profissionais de educação, como a merendeira, os porteiros, os zeladores do ambiente escolar. Infelizmente, eles não são inclusos em políticas de valorização e formação. A democracia é uma prática de aprendizado nas escolas, mas de extrema necessidade o seu exercício. Cada escola tem sua cultura e sua forma de expressividade peculiar. A educação de surdos precisa de pesquisas científicas na área política de participação na democracia participativa, assim como Freire chamou a atenção para mais pensamentos investigativos para a democratização das escolas públicas no contexto da Pedagogia do Esperançar.

A comunicação é uma forma de compartilhar conhecimento, necessidade, ideias, sonhos, planos, sentimentos, para tudo é preciso se comunicar. A língua é uma forma de sobreviver, então as minorias linguísticas que dependem exclusivamente, da Libras passam por dificuldades para subsistir. Portanto políticas públicas de acessibilidade linguística carecem de investimento no Estado brasileiro.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Partindo para o encerramento das nossas palavras, deixamos aqui a incompletude dos nossos pensamentos, todo diálogo faz sentido quando é partilhado em um momento de troca de ideias. Assim como Paulo Freire fez em suas obras escritas, levou a gente a pensar e a refletir que a prática requer pausa para refletir o que faz ou não mudança de uma realidade esperada. O espaço escolar é um ambiente de socialização, mas também é um lugar de diversidades, conflitos e problemas. Desafios esses que são oportunidades de gerar conhecimentos.

Precisamos acreditar que a educação e a democracia, a legislação e as políticas públicas e sociais são caminhos para a gente alcançar conquistas, resolução de um estado da





realidade conhecida se esperançar em mudanças. O esperançar é um verbo que faz a gente se mover contra a acomodação, efetuar o poder de sonhar com uma realidade melhor. Paulo Freire foi um autor que ousou problematizar o esperançar contra a educação bancária. De um lado, você aceita a realidade como é dita e repetida, por outro, você questiona, o porquê não fazer diferente e ir além do esperado. Assim é o país brasileiro, esperançar a realização do PNE.

O esperançar a gente encontra na vida cotidiana quando fazemos escolhas positivas, quando exercemos a democracia participativa nos microespaços de poder (grêmios estudantis, associações, conselhos, fóruns, sindicatos, redes, partidos, entre outros espaços políticos). Desafios são grandes, conflitos são inevitáveis, porém o coletivo busca acordar a decisão da maioria. Nesse momento existem interesses pessoais e sociais envolvidos, mas o bom senso tende a prevalecer.

A participação da sociedade civil nos conduz a exigência de políticas públicas que garantam o que está na Lei: universalização do ensino de Libras nos cursos de Licenciatura, como também a sua ampliação nas escolas de Ensino Fundamental, não apenas em salas bilíngues, mas para todas as turmas. Defendemos aqui que a construção da autonomia da pessoa surda, na visão de Paulo Freire, implica reafirmar a sua vocação ontológica de ser mais, de poder imergir nas relações sociais, e, através do diálogo, compreender as situações limites e emergir com mais coragem, lucidez e determinação para construir o inédito viável e o esperançar **sentimento de pertencimento em sua terra natal.**

REFERÊNCIAS





ALBUQUERQUE, Targélia de Souza. Autonomia e avaliação: caminhos para a construção do trabalho coletivo na escola, sob inspiração freiriana. **Revista Construir**, Recife, 2010.

ALBUQUERQUE, Targélia de Souza. **Conversa com Paulo Freire**. A beleza de ser um eterno aprendiz, Prazer de ler, Recife 2021.

BARDIN, Laurenice. **Análise de conteúdo**. Edição revista e ampliada. São Paulo: Edições 70 Brasil, [1977] 2016.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Promulgada em 5 de outubro de 1988.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Plano Nacional de Educação PNE 2014-2024**: Linha de Base. Brasília, DF: Inep, 2015.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Censo demográfico, 2022**. Disponível em <<https://censo2022.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 6 jul. 2018.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 7 de jul. de 2015. **Institui a lei brasileira de inclusão da pessoa com deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)**. 2015.

BRASIL. Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. **Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências**. Brasília, 2002.

CONAE- Conferência Nacional de Educação Plano Nacional de Educação (2024-2034). **Política de Estado para garantia da Educação como direito humano, com justiça social e desenvolvimento socioambiental sustentável**. Documento Final, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/aceso-a-informacao/participacao-social/conferencias/conae-2024/documento-referencia.pdf>. Acesso em: 07 julho 2024.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. São Paulo: Paz e Terra, 1968.





FREIRE, Paulo. **Política e educação**: Ensaios. 5. ed. Coleção questão de nossa época, v. 23. São Paulo: Cortez, 2001.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Esperança**: um reencontro com a pedagogia do oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

LOPES, Maura Corcini. **Surdez e educação**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

MINAYO, Maria de S. **O desafio do conhecimento**: Pesquisa qualitativa em saúde. 8. ed. São Paulo: Hucitec, 2004.

REIS, Elyane Cavalcanti; MONTEIRO, Josete Maria. **A pessoa surda**: um estrangeiro em sua própria terra natal? Um estudo sobre resistência, estratégias e desafios da educação inclusiva, FACHO, Olinda, 2018.

Recebido: 21/04/2025
Aprovado: 30/04/2025

